



**ATA - Reunião da CT de Licenciamento**

**Data: 12/07/2019 das 9h30 às 16h00**

**Local: FECAM – Estreito/Florianópolis**

**I - PARTICIPANTES:**

ANAMMA	Janaina Mendes
ABES	Fernanda Maria F. Vanhoni
CASAN	Cristiana Mondardo
CIMVI	Sandra Regina Batista, Rafael Paludo
CREA/SC	Tiago Borga
CRQ-XIII	Jonas Comin Nunes (Presidente); Odilon G. Amado Júnior
EPAGRI	Célio Haverroth
FACISC	Schirlene Chegatti (Relatora); Leticia P. L. Woyakewicz
FECAM	Juliana Plácido
FIESC	Fabiane Nobrega Scalco (Secretária)
FLORAM	Cláudio S. da Silveira
IMA	Ivana Becker;
OAB	Nelson Tonon Neto
SDS	Luiz Antonio Garcia Correa
<b>Convidados</b>	
IMA	Ana Paula
SAMA JLLE	Josimar Neumann

**1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;**

**2. Discussão referente a demanda oriunda da Câmara Técnica de Educação Ambiental - CTEA/CONSEMA quanto aos programas de educação ambiental que devem ser apresentados nos processos de licenciamento ambiental;**

Discussão: A discussão será adiada devido a solicitação da Câmara de Educação Ambiental – CTEA realizada através do Humberto Geraldo Reolon (Gerente de Planejamento e Educação Ambiental da SDS) em face a minuta estar em elaboração.

Encaminhamento: Aguardar novo encaminhamento da CTEA à CTL.

**3. Discutir e revisar conceito de Atividade Secundária constante na Resolução CONSEMA nº 98/2017, conforme demanda oriunda da ANAMMA;**

Discussão: Os membros da CTL debateram alguns exemplos e aspectos ligados ao tema Atividade Secundária.

Exemplos:

- ✓ CNPJ iguais - licença única (atividade principal e secundária).
- ✓ CNPJ diferentes e com comprovação de propriedade ou posse comprovada (matrícula, endereço, localização física, etc.) – licenças pode ser diferente, porém pode haver vínculo entre as condicionantes das licenças.
- ✓ Para uma atividade licenciável os controles ambientais não são considerados atividades secundárias.
- ✓ Dificuldade a ser analisada: atividades com CNPJs distintos que não são complementares ou de suporte, são totalmente independentes, porém estão na mesma área (endereço /espaço físico) poderiam ser duas licenças, mas a análise ambiental e controles devem considerar todo o conjunto. Essa situação não seria aplicável à condomínios. Nestes casos, o órgão licenciador deve ser um só, sendo licenciável pelo estudo de maior complexidade e respectivo órgão competente. Também considerar o estudo existente x área de influência e entornos.



50	Conforme Consema 98/17:
51	VIII - Atividade Principal: é a atividade fim que compreende as atividades essenciais e
52	normais para as quais o empreendimento se constituiu.
53	IX - Atividade Secundária: é a atividade auxiliar de produção de bens ou serviços exercidos
54	no mesmo empreendimento da atividade principal.
55	Proposta:
56	Nova redação:
57	IX - Atividade Secundária: é a atividade complementar inerente ou de suporte a produção
58	de bens ou serviços que pode ocorrer nas fases de implantação, operação, manutenção e
59	ampliação do empreendimento, exceto os controles ambientais.
60	Novo artigo:
61	Artigo 11-A No caso de atividades desenvolvidas em área compartilhada, independente da
62	titularidade dos empreendimentos, porém sem dependência direta entre as atividades, os
63	processos de licenciamento serão distintos, porém os estudos ambientais devem considerar
64	todas as atividades existentes na área compartilhada.
65	Discussão:
66	Caso a atividade principal do empreendimento não seja licenciável mas exista em sua
67	estrutura outras atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, deverá ser aplicado o
68	licenciamento de forma individualizada e de acordo com os portes constantes nas
69	Resoluções CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017. O porte a ser considerado será aquele da
70	atividade licenciável. É possível licenciar um outro empreendimento na mesma área sendo
71	que o estudo ambiental deve considerar os impactos ambientais provenientes do processo
72	de licenciamento da atividade principal e disponibilizados em estudo ambiental aprovado
73	por órgão ambiental competente.
74	<b><u>Encaminhamento:</u> Demais membros da CTL irão verificar outras propostas de texto</b>
75	<b>para definição das situações elencadas acima. Continua na próxima reunião.</b>
76	
77	<b>4. Discussão e elaboração de minuta de resposta ao ofício nº 42/2018 do Consórcio</b>
78	<b>Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, referente a nova demanda sobre o</b>
79	<b>licenciamento ambiental da atividade de extração de cascalho (cascalheiras);</b>
80	Discussão: Avaliada a aplicação da Lei Estadual n. 14675:
81	Art. 29. São passíveis de licenciamento ambiental pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente
82	as atividades consideradas, por meio de Resolução do CONSEMA, potencialmente
83	causadoras de degradação ambiental.
84	§ 1º As atividades de lavra a céu aberto por escavação, usinas de britagem e atividades
85	afins, destinadas, exclusivamente, à construção, manutenção e melhorias de estradas
86	municipais, estaduais ou acessos internos aos imóveis rurais, sem propósito de
87	comercialização, ficam dispensadas de licenciamento ambiental, desde que inseridas na
88	área rural. (Redação do § 1º, incluída pela Lei 17.083, de 2017).
89	§ 2º As atividades de lavra a céu aberto por escavação, usinas de britagem e atividades
90	afins inseridas na área urbana, de expansão urbana ou com a finalidade de
91	comercialização, serão licenciadas através de processo simplificado, mediante
92	Autorização Ambiental (AuA). (Redação do § 2º, incluída pela Lei 17.083, de 2017).
93	Deliberado elaborar proposta para revisão do código visando o enquadramento
94	considerando a aplicação:
95	00.12.02 – <b>Lavra a céu aberto por escavação</b> , se mineral típico de emprego na
96	construção civil, independente de seu uso.
97	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: G Geral: G
98	Porte Pequeno: $1.200 \leq PA \leq 24.000$ (RAP)
99	Porte Médio: $24.000 < PA < 120.000$ (EAS)
100	Porte Grande: $PA \geq 120.000$ (EIA)
101	
102	



103	O porte inferior ao caracterizado como porte "P", será licenciado por meio da expedição de
104	Autorização Ambiental —AuA e deverá apresentar o Projeto de Recuperação de Área
105	Degradada -PRAD. (Redação dada pela Resolução CONSEMA nº 123, de 2018)
106	Fecam apresentou uma proposta de resolução da CEJEMA. Após discussão dos membros
107	da CTL foi elaborada proposta considerando às decisões atuais judiciais, a proposta do
108	Cisama e da FECAM, bem como o impacto associado a atividades de menor porte desta
109	atividade realizada pelos municípios em comparação às atividades comerciais:
110	<b>Novo Código:</b>
111	<b>00.12.03 - Lavra a céu aberto por escavação e usinas de britagem que não possuam a</b>
112	<b>finalidade de comercialização e sejam destinadas à manutenção e melhorias da malha</b>
113	<b>viária municipal.</b>
114	<b>Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: G Geral: G</b>
115	<b>Porte Único.</b>
116	<b>Esta atividade será licenciada por meio da expedição de Autorização Ambiental —</b>
117	<b>AuA.</b>
118	Justificativa: Realizada adequação do licenciamento ambiental afim de atender a situação
119	fática dos municípios, mantendo os controles ambientais necessários através do
120	licenciamento simplificado com a criação do novo código:
121	<b><u>Encaminhamento:</u> Incluir proposta de nova redação na revisão do Anexo da</b>
122	<b>Resolução 98/17 e 99/17 para o segundo semestre de 2019.</b>
123	
124	<b>5. Discussão e revisão de diversos códigos das Resoluções CONSEMA nº 98 e</b>
125	<b>99/2017, conforme demanda oriunda da ANAMMA e CIMVI;</b>
126	<u>Discussão:</u> discussão adiada para próxima reunião.
127	<b><u>Encaminhamento:</u> continua na próxima reunião.</b>
128	
129	<b>6. Discussão e elaboração de minuta de resposta ao e-mail recebido da Fundação do</b>
130	<b>Meio Ambiente de Itajaí - FAMAI, referente a alteração na Resolução CONSEMA nº</b>
131	<b>128/2019 que dispõe sobre as atividades consideradas como de baixo impacto</b>
132	<b>ambiental</b>
133	<u>Discussão:</u> Conforme demanda recebida da FAMAI, existe dúvida quanto à Resolução
134	Consema n.º 128/19, que dispõe sobre atividades de baixo impacto, quanto ao modo de
135	licenciamento destas atividades. O parágrafo único do Art. 1º dispõe que "o órgão ambiental
136	competente poderá implementar procedimento autorizativo, mediante regulamentação
137	específica..." Deste modo, fica subentendido que o órgão poderá reger estes
138	procedimentos, mediante IN própria. Entretanto, Itajaí licencia as atividades CONSEMA 99
139	através do sistema eletrônico SINFAT Municípios. No caso das atividades da Res.
140	CONSEMA 128/19, muitas não existem na CONSEMA 98 e 99/17, onde poderiam ser
141	classificadas como atividades não constantes, passíveis de emissão de Declaração de Não
142	Constante. Entretanto, por envolver intervenções em APP, é mais prudente licenciar via
143	procedimento simplificado, via AuA - Autorização Ambiental. A dúvida é, se o município
144	regrar o licenciamento das atividades da CONSEMA 128/19 por IN própria, isto estaria
145	infringindo o preconizado pela Consema 117/2017.
146	CTL realizou análise conjunta ao item 9 desta reunião.
147	<b><u>Encaminhamento:</u> deliberado conforme item 9 desta reunião. Encaminhar resposta</b>
148	<b>para secretaria executiva.</b>
149	
150	<b>7.Discussão referente a demanda oriunda da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos</b>
151	<b>- CTAJ quanto a minuta de resolução que estabelece regras para o envio dos</b>
152	<b>processos de licenciamento ambiental do município para o Instituto do Meio</b>
153	<b>Ambiente - IMA</b>
154	<u>Discussão:</u> Em avaliação a minuta oriunda da CTAJ considerando o disposto na Resolução
155	Consema nº 117/2017 e na Portaria IMA nº 61/2019.



156 **Encaminhamento: FECAM irá consolidar as observações feitas pela CTL para**  
157 **continuidade da análise na próxima reunião.**

158  
159 **8. Discussão de alterações/retificações referente ao código 17.30.00 - Fabricação de**  
160 **artefatos de papel não associada à produção de papel, conforme demanda oriunda**  
161 **do CREA**

162 Discussão: *Exposição dos motivos:* Esta solicitação de faz necessário para atender de forma  
163 equitativa as atividades descritas na CONSEMA 98 sob o código 17.30.00 - Fabricação de  
164 artefatos de papel não associado a produção de papel. Neste sentido temos como  
165 parâmetro, uma empresa localizada em Caçador que recebe a bobina de papel e efetua a  
166 conversão/fracionamento em papéis higiênicos e papel toalha com destinação ao uso  
167 comercial e residencial e não gera qualquer tipo de resíduos no processo industrial. Hoje o  
168 Código 17.30.00 exige licenciamento ambiental no formato LAP/LAI/LAO para qualquer área  
169 útil e ou capacidade produção.

170 *Justificativa:* O fato desta atividade não possuir potencial poluidor considerável pois não  
170 gera efluentes industriais, não possui emissões atmosféricas, bem como, não possui  
172 resíduos sólidos industriais com destinação a aterro ou outra tecnologia de tratamento e sim  
173 somente material reciclado não contaminado. Também pelo fato de ser visível o aumento  
174 de empresas de pequeno porte ou "fundo de quintal" que estão comprando as bobinas de  
175 papel de grande porte e fatiando para ser vendido como um sub - produto como é o caso  
176 de papel higiênico, papel toalha, papéis para impressão, entre outros. Acreditamos que  
177 estes tipos de empreendimentos poderiam ser licenciados através de Certidão de  
178 Conformidade Ambiental ou Autorização Ambiental com o intuito de diminuir  
179 consideravelmente as taxas relativas ao órgão ambiental, bem com a burocracia envolvida.  
180 Como exemplo utilizo, uma empresa com 278 metros quadrados, que desenvolve a  
190 atividade acima descrita, possui 2 funcionários e pra licenciar através do sistema hoje  
191 existente através da LAO corretiva R\$ 5.178,00, ou seja, inviabilizaria o negócio.

192 *Proposta:* Que a atividade 17.30.00 - Fabricação de papel não associada a produção de  
193 papel tenha um porte mínimo definido para obtenção de Certidão e/ou AuA, nossa sugestão  
194 é área útil (AU < 0,2 há) seja licenciada por AuA ou Certidão.

195 Ou ainda que seja criado um novo código alterando a atividade para FABRICAÇÃO DE  
196 PRODUTOS DE PAPEL NÃO ASSOCIADA A PRODUÇÃO DE PAPEL, com os parâmetros  
197 mínimos a definir conste na listagem de atividades licenciadas por certidão, IN 34.

198 Foi verificada equivalência com o código 17.40.00.

199 Nova redação:

200 17.30.00 -Fabricação de artefatos de papel não associada à produção de papel.

201 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

202 Porte Pequeno:  $0,1 \leq AU(3) \leq 0,5$  (RAP)

203 Porte Médio:  $0,5 < AU(3) < 3$  (RAP)

204 Porte Grande:  $AU(3) \geq 3$  (RAP)

205 Justificativa: Realizada adequação do código 17.30.00 na redação considerando os reais  
206 impactos da atividade e a equivalência dos impactos contemplados pela atividade 17.40.  
207 00.

208 **Encaminhamento: IMA irá conferir as atividades deste código e CREA irá verificar se**  
209 **a proposta contempla a realidade do setor envolvido. Continua na próxima reunião.**

210  
211 **9. Discussão e elaboração de minuta de resposta ao e-mail recebido da Departamento**  
212 **do Meio Ambiente de Braço do Trombudo, referente a Resolução CONSEMA nº**  
213 **128/2019 que dispõe sobre as atividades consideradas como de baixo impacto**  
214 **ambiental.**

215 Discussão: A Resolução Consema 128 trouxe outras ações e atividades consideradas de  
216 baixo impacto ambiental. A ex. o Item 5 pequenas retificações de cursos d'água e no item  
217 13, pequenas canalizações ou tubulações de cursos d'água. Estas atividades, porém, não





218 constam na resolução 99. O município pode licenciar as atividades constates no item 5 e 13  
219 da Resolução Consema 128?  
220 Elaborar resposta ao demandante considerando abaixo:  
221 O licenciamento das atividades segue o disposto na Resolução Consema n.º 98/2017 e  
222 99/2017 e suas alterações. O procedimento autorizativo citado na Resolução Consema n.º  
223 128/2019 não configura licenciamento ambiental. Assim essa resolução se limita a  
224 estabelecer o rol de atividades de baixo impacto para fins de intervenção ou supressão de  
225 vegetação nativa em Área de Preservação Permanente.  
226 Incluída redação do parágrafo 2º na resolução nº 128/2019:  
227 Art. 1º Reconhecer outras ações e atividades constantes do Anexo Único desta Resolução  
228 como eventuais e de baixo impacto ambiental, para fins de intervenção ou supressão de  
229 vegetação nativa em Área de Preservação Permanente – APP.  
230 § 1º O órgão ambiental competente, poderá implementar procedimento autorizativo  
231 mediante regulamentação específica sendo que os projetos técnicos, quando necessário,  
232 deverão ser acompanhados de ART por profissional legalmente habilitado.  
233 § 2º Nos casos em que as atividades objeto dessa resolução também sejam passíveis de  
234 licenciamento ambiental, deverão ser seguidos os procedimentos de licenciamento  
235 estabelecidos nas resoluções 98 e 99.  
236 **Encaminhamento: Encaminhar resposta à secretaria executiva para Departamento de**  
237 **Meio Ambiente de Braço de Trombudo e para FAMAI (conforme item 6 desta ata) e de**  
238 **nova redação na revisão da Resolução 128/2019 para o segundo semestre de 2019.**  
239

#### 240 10. Assuntos Gerais.

241

242 a) **CI 121/2019, oriunda da Consultoria Jurídica da SDE** - encaminha cópia da  
243 Indicação nº 0904.8/2019, subscrita pelo Deputado Ivan Naatz, por meio da qual solicita a  
244 ampliação das atividades contempladas por meio da Licença Ambiental por Adesão e  
245 Compromisso (LAC), para manifestação. Maioria dos itens apontados na CI 121/2019 já  
246 foram contemplados pela revisão da Resolução Consema nº 98 e 99 do primeiro semestre  
247 de 2019. Avaliada a inclusão de licenciamentos voltados para linhas de transmissão  
248 (34.12.00) e manutenção de estradas (33.12.02, Porte P) que ainda não foram  
249 contemplados. Dada nova redação para a atividade 33.12.02 conforme segue:

250 **33.12.02 - Restauração e melhorias de rodovias pavimentadas.**

251 **Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M**

252 **Porte Pequeno:  $30 \leq L \leq 50$  (RAP)**

253 **Porte Médio:  $50 < L < 100$  (RAP)**

254 **Porte Grande:  $L \geq 100$  (EAS)**

255 **O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da**  
256 **expedição de Autorização Ambiental – AuA.**

257 **O porte inferior ao caracterizado como porte “M” poderá ser licenciada por meio da**  
258 **expedição de Licença Ambiental por Compromisso – LAC**

259 No caso da atividade contemplada pelo código 34.12.00 não se aplica LAC como  
260 instrumento para renovação de licença ambiental e sim a Renovação de LAO por ato  
261 declaratório que está em fase de implementação pelo IMA.

262 **Encaminhamento: Encaminhar resposta à secretaria executiva do Consema.**

263 **Incluir proposta de nova redação na revisão do Anexo da Resolução 98/17 e 99/17**  
264 **(nível II – porte P e III – porte P) para o segundo semestre de 2019, sendo a redação**  
265 **para a 99/17, conforme segue:**  
266

267 **33.12.02 - Restauração e melhorias de rodovias pavimentadas.**

268 **Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M**

269 **Porte Pequeno:  $30 \leq L \leq 50$  (RAP)**  
270



271	<b>O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da</b>
272	<b>expedição de Autorização Ambiental – AuA.</b>
273	<b>Esta atividade poderá ser licenciada por meio da expedição de Licença Ambiental por</b>
274	<b>Compromisso – LAC</b>
275	
276	<b>b) Solicitação da ABES de alteração da descrição do Código da atividade 34.41.13</b>
277	<b>da Resolução Consema n.º 98/2017 Estação de transbordo para resíduos sólidos</b>
278	<b>urbanos.</b>
279	34.41.13 - Estação de transbordo para resíduos sólidos urbanos. Potencial
280	Poluidor/Degradador: Ar: M Água: P Solo: M Geral: M Porte Pequeno: $QT \leq 30$ (RAP) Porte
290	Médio: $30 < QT < 50$ (RAP) Porte Grande: $QT \geq 50$ (EAS)
291	Alterar para a descrição: Estação de Transbordo para Resíduos Sólidos Não Perigosos
292	Classe IIA e IIB. Motivo: conforme a definição de Resíduos Sólidos Urbanos conforme Lei
293	12.305/2010, artigo 13º, a atual nomenclatura uma estação de transbordo não poderia
294	receber resíduos comerciais e industriais, mesmo que estes tenham as mesmas
295	características dos domiciliares (resíduos de áreas administrativas, banheiros, refeitórios,
296	etc.). Se a nomenclatura levar em consideração a classe do resíduo, como não perigoso,
297	estariam todas as origens englobadas, desde que, os resíduos possuam as mesmas
298	características dos domiciliares em conformidade com o parágrafo único do artigo 13º.
299	<u>Encaminhamento:</u> CRQ e ABES elaborar proposta de adequação do código, para
300	continuidade na próxima reunião.
301	
302	<b>c) Continuidade de atualização dos códigos 26.50.20, 26.50.30 e 26.50.40: Atualizado</b>
303	conforme segue:
304	<i>Atual</i> - 26.50.20 Abate de animais de pequeno porte (aves, rãs, coelhos, etc.) em
305	abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de
306	origem animal.
307	Pot. Poluidor/Degradador Ar: M Água: M Solo: M Geral: M
308	Porte Pequeno: $200 \leq C_{medA} \leq 15.000$ (RAP)
309	Porte Médio: $15.000 < C_{medA} < 150.000$ (EAS)
310	Porte Grande: $C_{medA} \geq 150.000$ (EAS)
311	O porte inferior ao caracterizado como porte —P, será licenciado por meio da expedição
312	de Autorização Ambiental – AuA. Para enquadramento em AuA o abate máximo semanal
313	não pode ultrapassar 1.399 animais.
314	<i>Nova redação</i> - 26.50.20 Abate de animais de pequeno porte (aves, rãs, coelhos, etc.) em
315	abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de
316	origem animal.
317	Pot. Poluidor/Degradador Ar: M Água: M Solo: M Geral: M
318	Porte Pequeno: $1.200 \leq C_{maxAS} \leq 90.000$ (RAP)
319	Porte Médio: $90.000 < C_{maxAS} < 900.000$ (EAS)
320	Porte Grande: $C_{maxAS} \geq 900.000$ (EAS)
321	O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da expedição de
322	Autorização Ambiental – AuA.
323	<i>Atual</i> - 26.50.30 Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos) em
324	abatedouros,
325	frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal.
326	Pot. Poluidor/Degradador Ar: M Água: G Solo: M Geral: G
327	Porte Pequeno: $7 \leq C_{medA} \leq 45$ (RAP)
328	Porte Médio: $45 < C_{medA} < 450$ (EAS)
329	Porte Grande: $C_{medA} \geq 450$ (EAS)
330	O porte inferior ao caracterizado como porte —P, será licenciado por meio da expedição
331	de Autorização Ambiental – AuA. Para enquadramento em AuA o abate máximo semanal
332	não pode ultrapassar 48 animais.



- 333 *Nova redação* - 26.50.30 Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos) em  
334 abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de  
335 origem animal.  
336 Pot. Poluidor/Degradador Ar: M Água: G Solo: M Geral: G  
337 Porte Pequeno:  $42 \leq C_{maxAS} \leq 270$  (RAP)  
338 Porte Médio:  $270 < C_{maxAS} < 2.700$  (EAS)  
339 Porte Grande:  $C_{maxAS} \geq 2.700$  (EAS)  
340 O porte inferior ao caracterizado como porte —P, será licenciado por meio da expedição  
341 de Autorização Ambiental – AuA.  
342 *Atual* - 26.50.40 Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muares)  
343 em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de  
344 origem  
345 animal.  
346 Pot. Poluidor/Degradador Ar: M Água: G Solo: M Geral: G  
347 Porte Pequeno:  $3 \leq C_{medA} \leq 15$  (RAP)  
348 Porte Médio:  $15 < C_{medA} < 150$  (EAS)  
349 Porte Grande:  $C_{medA} \geq 150$  (EAS)  
350 O porte inferior ao caracterizado como porte —PII, será licenciado por meio da expedição  
351 de Autorização Ambiental – AuA. Para enquadramento em AuA o abate máximo semanal  
352 não pode ultrapassar 20 animais.  
353 *Nova redação* - 26.50.40 Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos,  
354 muares) em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de  
355 produtos de origem animal.  
356 Pot. Poluidor/Degradador Ar: M Água: G Solo: M Geral: G  
357 Porte Pequeno:  $18 \leq C_{maxAS} \leq 90$  (RAP)  
358 Porte Médio:  $90 < C_{maxAS} < 900$  (EAS)  
359 Porte Grande:  $C_{maxAS} \geq 900$  (EAS)  
360 O porte inferior ao caracterizado como porte —P, será licenciado por meio da expedição  
361 de Autorização Ambiental – AuA.  
362  $C_{maxAS}$  = capacidade máxima de abate semanal  
363 Incluir definição:  
364 XV - Capacidade máxima de abate semanal: é a quantidade de animais abatidos por  
365 semana.  
366 **Encaminhamento: Incluir proposta de nova redação na revisão do Anexo da**  
367 **Resolução 98/17 e 99/17 para o segundo semestre de 2019.**  
368  
369 **d) Esclarecimento ao CIMVI referente ao enquadramento da atividade de Retífica de**  
370 **Motores sob o Código 12.80.00.** Considerando uma empresa de retífica de motores  
371 automotivos que foi notificada pelo Município de Indaial para realizar o licenciamento por  
372 desenvolver atividade de usinagem foi indicado que o licenciamento deve ocorrer pelo  
373 enquadramento da atividade pelo código 14.10.00 - Montagem e reparação de  
374 embarcações e estruturas flutuantes, reparação de caldeiras, máquinas, turbinas e  
375 motores.  
376  
377 **e) Próximas reuniões:** 16 de Agosto, na FECAM.  
378  
379 **II - ENCERRAMENTO:**  
380 Finalizada a reunião e não tendo havido mais manifestações e tendo sido cumprida a pauta  
381 convocada, as discussões foram encerradas e o presidente, agradecendo a presença de  
382 todos deu por encerrada a reunião. A correspondente ata foi por mim relatada, Schirlene  
Chegatti.